

SEMINÁRIO DE TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO DE MANDATO

Providências de Encerramento de Mandato: Aspectos Contábeis, Patrimoniais e Fiscais

Realização:



Recife
21/08/2024

PALESTRANTE:
ÉBER WESLEY
LE MOS DE
QUEIRÓZ

Preâmbulo

“Independente dos resultados das eleições os gestores municipais precisam adotar diversas providências para o encerramento do exercício baseadas nas exigências da **LC nº 101/2000 (LRF), Lei das Eleições, Lei Complementar nº 260/2014 e Resoluções do TCE-PE**”.



Foco das Normas no Encerramento do Mandato



LRF

- Equilíbrio entre receita e despesa e controle do endividamento.



Lei das Eleições

- Condutas vedadas.



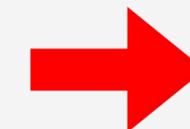
Lei Complementar nº 260/2014

- Estrutura das “Comissões de Transição” e **documentos a serem disponibilizados.**

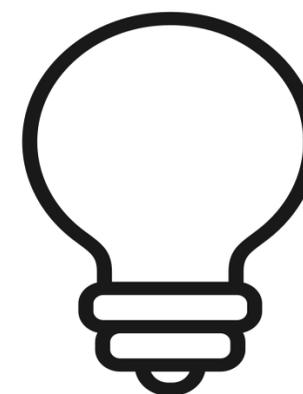


Resoluções TCE-PE

- Manual de encerramento e transição de mandato.
- Cartilha de boas práticas de Tecnologia da Informação.
- **Prestação de Contas de Gestão e Governo.**



Providências para o Encerramento do Exercício



Procedimentos Gerais



Publicação do Decreto de Encerramento do Exercício.



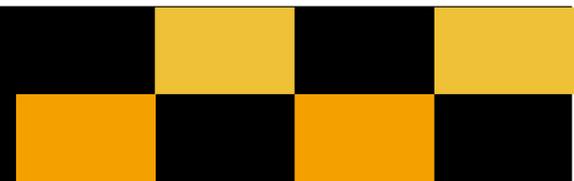
Caso as metas de resultados primário e nominal não tenham sido atingidas baixar "Decreto de Contingenciamento de Despesa".



Concluir o inventário dos bens móveis e imóveis, com a devida depreciação. – Atentar para os termos de responsabilidade, carga, fotos e imagens.



Atualizar até o dia 31/12/2024 os controle do estoque/almoxxarifado. – Atenção ao controle de medicamentos e merenda.



Procedimentos Gerais



Manter o SIAFIC em funcionamento em janeiro/2025 para o envio da EFD-REINF, E-Social, SAGRES EOF, DCTF Pasep, DCTFWEB e outras demandas acessórias.



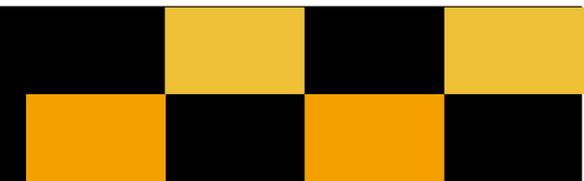
Recolher até o dia 31/12/2024 todos os veículos que compõem o patrimônio municipais e realizar **“Laudo Cautelar Veicular”**.



Digitalizar todos os documentos importantes necessários a futuras defesas, como contratos, licitações, notas fiscais, dentre outros.



Realizar de “forma parcial”, prestação de contas parcial dos convênios em andamento com prazo de prestação no exercício de 2025.



Procedimentos Gerais



No mês de dezembro, caso possível, adotar a **“conciliação bancária diária”**.



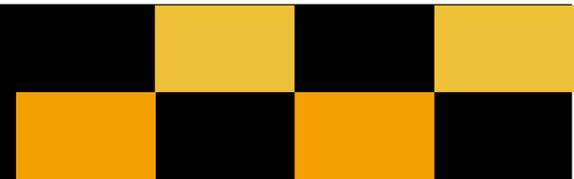
Recolhimento das Contribuições Previdenciárias (RGPS e RPPS) de dezembro dentro da competência ou deixar disponibilidade de caixa em 31/12/2024.



➔ Analisar os empenhos de restos a pagar frente a disponibilidade financeira **sob a ótica do art. 42 da LRF**.



➔ Verificar a **“Dívida Flutuante”** e proceder os repasses dos consignados em folha, cancelamentos e ajustes contábeis necessários.



Dívida Flutuante

Descrição	Saldo	Inscrição	Baixa	Saldo
UNIMED	0,00	125.259,36	125.259,36	0,00
Empréstimo Santander	0,00	257.957,44	257.957,44	0,00
Empréstimo BB	0,00	147.789,22	147.789,22	0,00
SISPUM	0,00	22.005,77	22.005,77	0,00
INSS	527.756,55	600.789,44	0,00	1.128.545,99
RPPS	800.578,44	1.000.024,35	1.000.024,35	800.578,44
Restos a Pagar	5.147.598,39	2.157.004,35	100.159,47	7.204.443,27
Total Geral	6.475.933,38	4.310.829,93	1.653.195,61	9.133.567,70

Demais Obrigações Financeiras



DISPONIBILIDADE

Caixa + Bancos + Aplicações

+

R\$ 1.000,00

Obrigações Contraídas
(RAPS + Dívida Flutuante)

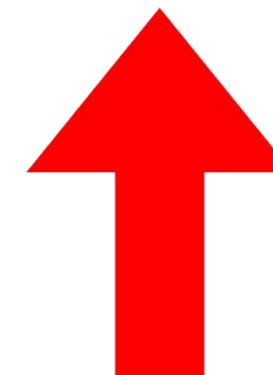
-

R\$ 600,00

DISPONIBILIDADE

=

R\$ +400,00



**DISPONIBILIDADE
GERAL POSITIVA**

DISPONIBILIDADE

Caixa + Bancos + Aplicações

+

R\$ 600,00

Obrigações Contraídas
(RAPS + Dívida Flutuante)

-

R\$ 800,00

DISPONIBILIDADE

=

R\$ -200,00



**DISPONIBILIDADE
GERAL NEGATIVA**

Vedações da LRF para Último Ano de Mandato

- **Assumir Despesa sem Suficiente Disponibilidade de Caixa:**

OBSERVAÇÕES:

- Recursos com vinculação específica, como os provenientes de convênios, FUNDEB e reservas previdenciárias, não devem ser considerados disponíveis para pagamento de despesas diversas.
- O cancelamento de restos a pagar processados é ilegal, salvo em situações excepcionais, em que o objeto da obrigação deixa de existir ou é devolvido, abrindo-se a possibilidade de um estorno da obrigação, com a devida comprovação.
- A apuração das disponibilidade financeira levará em consideração o saldo inicial em 30/04/2024 com todo o fluxo até 31/12/2024.

ATENÇÃO PARA O CONCEITO DE DISPONIBILIDADE!



**Ver a
Jurisprudência
do TCE-PE**

DISPONIBILIDADE POR FONTE DE RECURSOS

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Demais Obrigações Financeiras	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ¹	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))	(g)		(h) = (f - g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)									
Recursos Ordinários									
Outros Recursos Não Vinculados									
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)									
Recursos Vinculados ao RPPS									
Recursos de Operações de Crédito									
Recursos de Alienação de Bens/Ativos									
Recursos Vinculados a Precatórios									
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais									
Outros Recursos Vinculados									
TOTAL (III) = (I + II)									

← POR FONTE DE RECURSOS

**01/01 a
30/04**

**DATA DE
CORTE**

**01/05 a
31/12**

- Ficou saldo suficiente em 31/12 por fonte?
- Houve despesas não empenhadas?
- Em 2025 houve DEA?
- Existia fluxo de caixa positivo em todo o ano? Ou foi dado privilégio de pagamento aos credores de 01/05 em detrimento dos até 30/04?

Procedimentos Gerais



Levantamento até 31/12/2024 dos Termos de Parcelamento de Dívida Consolidadas (INSS, RPPS, FGTS, CELPE, COMPESA, dentre outros.



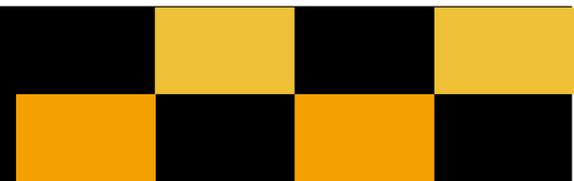
Solicitar a CELPE o demonstrativo atualizado até dezembro dos valores creditados da Contribuição de Iluminação Pública (CIP). – **Atentar para as compensações e tarifas.**



Durante a transição deixar definido os critérios de acesso para o envio do SIOPE, SIOPS, MSC, SICONFI e outros sistemas de informação no exercício de 2025.



Se houver tempo hábil, providenciar a análise e aprovação das prestações de contas de merenda, Fundeb e outros junto aos conselhos sociais.



Procedimentos Gerais



Disponibilizar até dezembro o balancete da receita analítica para efeito dos limites do art. 29-A da CF para o cálculo do Duodécimo do exercício de 2025.



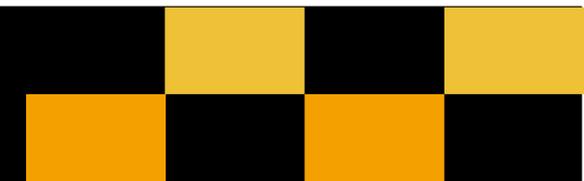
Acompanhar a aprovação da LDO, Revisão do PPA 2025 e LOA 2025.



Após 30 dias da aprovação da LOA proceder com a publicação do Decreto da Programação Financeira e Cronograma de Pagamentos.



Implantar a partir de 01/10/2025 a "Ordem Cronológica de Pagamentos" conforme Resolução TCE-PE nº 244/2024.



Procedimentos Gerais



Elaborar o Mapa de Obras Realizadas e em andamento, com valores e percentual de conclusão. – **Relatório físico e financeiro.**



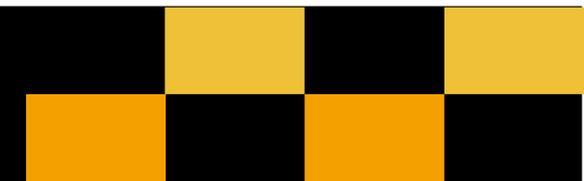
Solicitar aos Tribunais de Justiça a listagem dos precatórios atualizada até dezembro/2024.



Em dezembro acompanhar as prestações de contas das “diárias” e “suprimentos de fundos”.



Conciliação dos Créditos a Receber do IPTU e demais tributos e Inscrição da Dívida Ativa.



Procedimentos Gerais



Caso necessário enviar a Câmara de Vereadores PL para ajuste das metas fiscais da LDO de resultado primário e nominal.



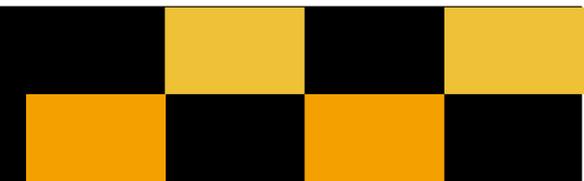
Acompanhar a aplicação dos 15% de recursos próprios em saúde.



Aplicação dos 25% de recursos próprios no MDE.

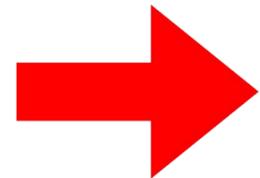


Acompanhamento dos Limites da Despesa de Pessoal.



Vedações da LRF para Último Ano de Mandato

O limite máximo para despesa total com pessoal no Município é **60%** da Receita Corrente Líquida, sendo 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo (LRF).



54%
Poder Executivo

6%
Câmara de Vereadores

Se esse limite de despesas de pessoal for ultrapassado no 1º quadrimestre do último ano de mandato, o Município não poderá:

- **Receber transferências voluntárias;**
- **Obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; e**
- **Contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.**

Não Atendimento aos Limites da DP frente a Receita Corrente Líquida - RCL

Pessoal

48,60%
da RCL

Limite de Alerta
do TCE-PE

51,3% da
RCL

Limite Prudencial 95% do
Limite Legal

54%
da RCL

Limite Legal

**ATENÇÃO PARA
"NOVAS"
REGRAS
ESTABELECIDAS
PELAS LC Nº
173/2020 E LC
Nº 178/2021**

Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021

C) Mecanismo alternativo para recondução das despesas com pessoal ao limite

Aplica-se ao poder ou órgão cuja despesa com pessoal esteja acima do limite **ao término de 2021**

LRF

1º quad. 2º quadrimestre

Redução de 1/3 do excesso no primeiro quadrimestre. Total em dois quadrimestres.

EXCESSO

100%

Despesas com pessoal

LC 178 VIGÊNCIA TEMPORÁRIA

2021

2022

2023

2032

Calculo de Extrapolação do Limite da Despesa de Pessoal

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), extração realizada em 06/12/2022.

Município	Prefeito(a)	%DTP 3ºQ/2021		2023	% DTP Meta (Trajetória de Recondução)								
		Alcançado	Excesso		2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Carpina	MANUEL SEVERINO DA SILVA	63,78	9,78	62,80	61,82	60,85	59,87	58,89	57,91	56,93	55,96	54,98	54,00
Ilha de Itamaracá	PAULO BATISTA ANDRADE	60,15	6,15	59,54	58,92	58,31	57,69	57,08	56,46	55,85	55,23	54,62	54,00
Jurema	EDVALDO MARCOS RAMOS FERREIRA	54,48	0,48	54,43	54,38	54,34	54,29	54,24	54,19	54,14	54,10	54,05	54,00
Maraial	EVERALDO PEREIRA NUNES	64,28	10,28	63,25	62,22	61,20	60,17	59,14	58,11	57,08	56,06	55,03	54,00
Nazaré da Mata	INACIO MANOEL DO NASCIMENTO	86,34	32,34	83,11	79,87	76,64	73,40	70,17	66,94	63,70	60,47	57,23	54,00
Verdejante	HAROLDO SILVA TAVARES	58,34	4,34	57,91	57,47	57,04	56,60	56,17	55,74	55,30	54,87	54,43	54,00

Procedimentos Gerais



Aplicação Mínima de 70% dos Recursos do FUNDEB na remuneração dos Profissionais da Educação.



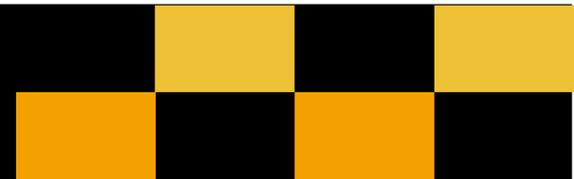
Limites Mínimos dos Recursos do Complemento VAAT: 15% em Despesas de Capital e o percentual de **XXX% para o ensino infantil conforme art. 16, inciso VII da Lei nº 14.113/2020.**



Diferenças do Duodécimo (Limite de Gastos do art. 29-A e Limite da Proporção Orçamentária).



Limites da DCL (120% frente a RCL).



Vedações da LRF para Último Ano de Mandato

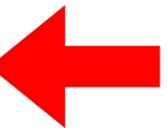
- Exceder o Limite da Dívida Público Consolidada:

1,2 vezes da RCL

Resolução nº 40/2001 do Senado Federal

Se houver extrapolação em Último Ano de Mandato:

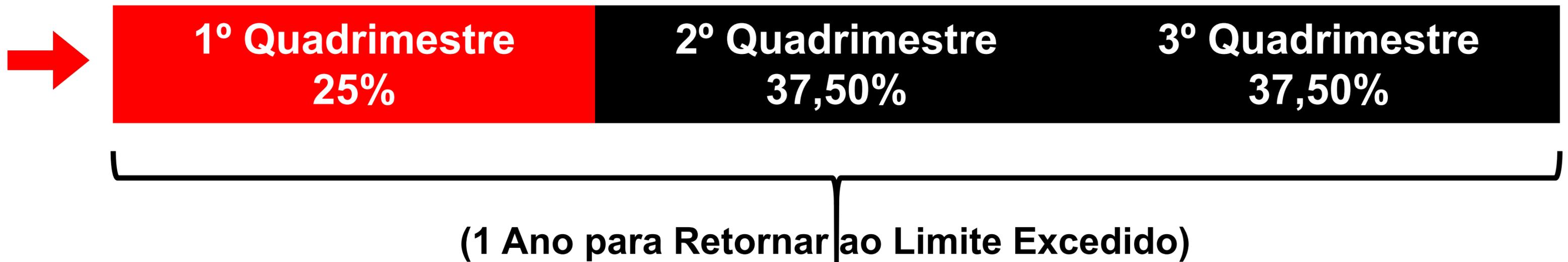
- Proibição de realizar operações de créditos, inclusive por antecipação de receita, excetuando-se apenas aquelas destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.
- Obrigatoriedade de obter superávit primário necessário à recondução da dívida ao limite, com adoção de medidas de limitação de empenho, conforme regras do art. 9º da LRF.



Vedações da LRF para Último Ano de Mandato

Regras para Retorno ao Limite:

- O limite máximo para o montante da dívida consolidada líquida dos municípios não poderá exceder a 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida (RCL);
- Retornar ao limite máximo em até 03 (três) quadrimestres (equivalente a um ano);
- Reduzir ao menos 25% no primeiro quadrimestre e o restante até o terceiro quadrimestre.



Vedações da LRF para Último Ano de Mandato

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (RGF):

Tabela 2.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>			<Exercício do terceiro período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>			<Terceiro período seguinte>		
Limite Máximo	% DCL	% Excedente	Redutor mínimo de 25% do Excedente	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (0,25*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (e)	(i)	(j) = (i-a)	(k) = (a)	(l)

Procedimentos Gerais



Execução das Emendas Impositivas propostas pelos Vereadores.



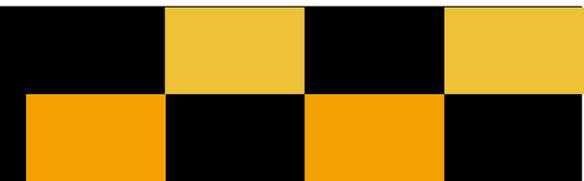
Solicitar as informações contábeis dos Consórcios Públicos.



Análise dos Empenhos à Liquidar e a Pagar do Exercício.



Acompanhar os limites para abertura dos créditos adicionais suplementares.



Procedimentos Gerais



Acompanhamento das Pendências Fiscais no E-CAC da Receita Federal.



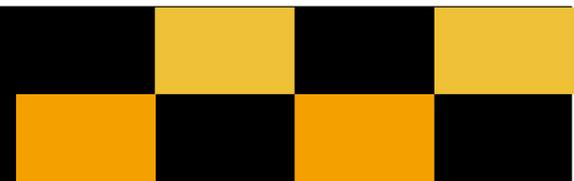
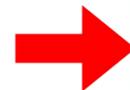
Análise do CAUC.



Solicitar “novo” cálculo atuarial em dezembro, além de garantir o envio do DAIR, DRAA, DIRP e demais obrigações acessórias do RPPS.



Estruturação de equipe de Tecnologia da Informação para “transição”, conforme Resolução TCE-PE nº 27/2016:

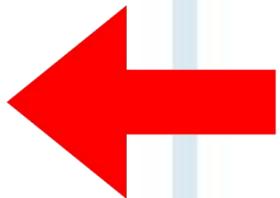


Equipe de Tecnologia da Informação

- Garantir que os contratos de TI essenciais para o funcionamento dos serviços públicos sejam devidamente mantidos e renovados tempestivamente, como serviços de internet, licenças de software, manutenção de equipamentos, entre outros.
- Garantir que todos os documentos e os dados armazenados pelos softwares sejam mantidos íntegros, completos e seguros. Isso inclui a correta alimentação dos dados administrativos e contábeis da Prefeitura em seus respectivos sistemas de informação.



- Garantir que as remessas obrigatórias de informações ao Tribunal de Contas sejam realizadas de forma completa e tempestiva, conforme calendário de obrigações, nos sistemas do TCE-PE:
 - SAGRES - Módulo de Pessoal
 - SAGRES - Módulo EOF
 - RemessaTCE
 - Cadastro de Unidades Jurisdicionadas
- Garantir que a estrutura física de TI seja mantida íntegra, completa e segura.



Equipe de Tecnologia da Informação



É FORTEMENTE RECOMENDADO QUE SEJA DESIGNADO UM REPRESENTANTE DA ÁREA DE TI NA COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DO CANDIDATO ELEITO.

Da mesma forma, também é importante haver um representante de TI na equipe designada pelo Prefeito em exercício para repassar as informações técnicas à Comissão de Transição.



Conforme o **art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 260/2014**, a Comissão de Transição será instituída tão logo a Justiça Eleitoral proclame o resultado oficial das eleições. Já o **art. 2º, § 1º, da Resolução TC nº 27/2016**, determina quais os integrantes mínimos devem compor a equipe designada pelo Prefeito em exercício para dar suporte à Comissão: Controle Interno, Finanças, Administração e Previdência, nos municípios onde houver Regime Próprio de Previdência Social - RPPS instituído.

Equipe de Tecnologia da Informação



RESSALTE-SE QUE DEVEM SER GARANTIDOS TANTO O AMBIENTE FÍSICO, COMO O ACESSO A COMPUTADORES E À INTERNET.

Permitindo a transferência das informações e um trabalho mais eficiente da Comissão de Transição.



A participação de representantes da área de TI na transição governamental contribui para um melhor repasse das informações relacionadas, permitindo uma avaliação mais precisa da atual infraestrutura de TI do Município. Isso ajuda a identificar os desafios, as oportunidades e as necessidades futuras na área de TI, que podem afetar a tomada de decisão da nova gestão.

Outro ponto importante para o sucesso da transição é a disponibilização da infraestrutura necessária para a realização dos trabalhos da Comissão, como determina o **§ 3º do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 260/2014**.

Equipe de Tecnologia da Informação

A **Lei Complementar Estadual nº 260/2014**, em seu art. 4º, traz um rol de documentos que devem ser fornecidos à Comissão, em até 15 dias da sua constituição. Em relação à TI, o inciso XIV do referido artigo determina o compartilhamento da relação dos programas (softwares) utilizados pela Administração Pública. Nesse sentido, desde a publicação da **Lei Complementar Estadual nº 260/2014**, há mais de 10 anos, houve um grande avanço tecnológico nas organizações públicas, tanto nas atividades internas quanto nos serviços disponibilizados à população.



Por isso, atualmente, uma maior quantidade de informações da área de tecnologia se faz necessária para proporcionar uma transição municipal eficiente, econômica e sem interrupções dos serviços.

Recomenda-se, portanto, a disponibilização à COMISSÃO DE TRANSIÇÃO dos seguintes documentos e informações relacionados à TI:

Equipe de Tecnologia da Informação

CONTRATOS DE TI

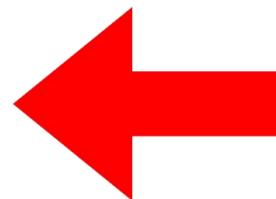
- Todos os contratos de TI, incluindo:
 - Contratos de softwares, em especial o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic), ou equivalente;
 - Contratos de equipamentos de TI e relacionados (manutenção, garantia);
 - Contratos de serviços de TI, em especial os referentes à disponibilização de internet.
- Em separado, todos os contratos de TI com vencimento no último semestre da atual gestão ou no primeiro semestre do início da nova gestão, que não possam ser prorrogados sem a realização de novo processo licitatório;
- Todos os processos licitatórios de TI em andamento.

PESSOAL DE TI

- Lista com os gestores e colaboradores da área de TI (efetivos, comissionados, terceirizados e estagiários);
- Normas que definem a estrutura da equipe de TI e suas atribuições.

PROJETOS DE TI

- Rol de projetos de TI em andamento, com sua respectiva documentação, identificando marcos, prazos e recursos necessários.



Equipe de Tecnologia da Informação

SOFTWARE

- Acesso aos softwares utilizados na Prefeitura (contratados/terceirizados e próprios);
- Documentação técnica relevante aos softwares, como códigos-fonte, manuais de sistema e fluxogramas;
- Acesso aos documentos e aos arquivos em meio digital necessários às atividades da Prefeitura.

INFRAESTRUTURA DE TI

- Topologia e a configuração de rede;
- Acesso às salas de equipamentos e servidores de TI;
- Inventário de ativos de TI;
- Agenda de manutenções preventivas dos equipamentos de TI.

GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI

- Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- Políticas relacionadas à TI, como de Governança de TI, de Segurança de Informação, de Backup, de Gestão de Continuidade do Negócio e Recuperação de Desastres, de Gerenciamento de Riscos de TI;
- Normas relacionadas à governança e à gestão de TI, como criação de comitês;
- Catálogo de Serviços de TI.

Equipe de Tecnologia da Informação

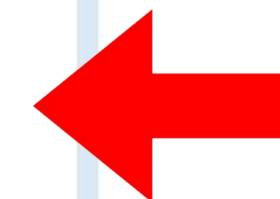


A NOVA GESTÃO DA PREFEITURA, NO INÍCIO DE MANDATO, DEVE PROVIDENCIAR OS ACESSOS AOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO TCE-PE.



OS PRINCIPAIS SISTEMAS DO TCE-PE SÃO:

- e-TCEPE
- e-CAP
- SIGA Externo
- SAGRES - Módulo de Pessoal
- SAGRES - Módulo EOF
- RemessaTCE
- Sistema de Usuários
- Cadastro de Unidades Jurisdicionadas
- SGI - Sistema de Gerenciamento de Indícios
- SPJ - Sistema de Pós-Julgamento



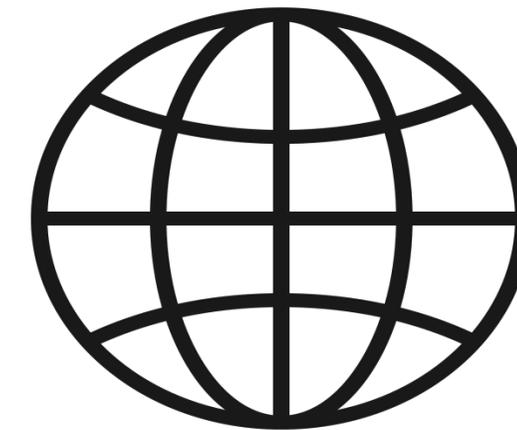
Lei Complementar nº 260, de 6 de janeiro de 2014



Aspectos Contábeis da LC nº 260/2014



Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco



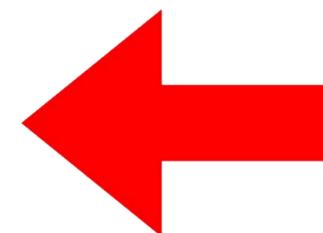
LEI COMPLEMENTAR Nº 260, DE 6 DE JANEIRO DE 2014.

Estabelece normas de finanças públicas complementares à Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e à Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, com o objetivo de garantir a observância dos princípios de responsabilidade e transparência da gestão fiscal nas transições de governo no âmbito do Estado de Pernambuco.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar visa, com fundamento na competência prevista no art. 24, I e § 2º, da Constituição Federal, estabelecer normas de finanças públicas complementares à Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, à Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, com o objetivo de garantir a observância dos princípios de responsabilidade e transparência da gestão fiscal nas transições de governo no âmbito do Estado de Pernambuco.



Palácio do Campo das Princesas, Recife, 6 de janeiro do ano de 2014, 197º da Revolução Republicana Constitucionalista e 192º da Independência do Brasil.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR
THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DA DEPUTADA RAQUEL LYRA - PSB.

Documentos a Serem Disponibilizados a Comissão de Transição

- Plano Plurianual (PPA).
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), inclusive os Anexos de Metas e Riscos Fiscais.
- Lei Orçamentária Anual (LOA).
- Termo de Conferência de Caixa e Bancos em 31/12/2024, com indicação dos cheques em poder da tesouraria.
- Extratos Bancários de 31/12/2024.
- Conciliações Bancárias de 31/12/2024, contendo data, número de cheque, banco e valor.
- Relação dos valores pertencentes a terceiros (Dívida Flutuante).
- Demonstrativos dos restos a pagar processados e não processados anteriores a 2024, com cópia dos empenhos.
- Demonstrativo da Dívida Consolidada e Operações de Crédito por Antecipação da Receita.

Documentos a Serem Disponibilizados a Comissão de Transição

- Relação dos documentos financeiros decorrentes de contratos de execução de obras, consórcios e convênios, contendo as seguintes informações:

- Identificação das partes.
- Data de início e término do ato.
- Valor pago e saldo a pagar.
- Posição da meta alcançada.
- Posição quanto à prestação de contas junto aos órgãos fiscalizadores.

- Relação atualizada dos bens móveis e imóveis.
- Relação dos bens de consumo no almoxarifado.
- Cópia do RREO do 5º bimestre de 2024 e RGF 2º quadrimestre, com cópia das atas das audiências públicas.
- Relação dos precatórios.
- Relatório Circunstanciado da situação atuarial e patrimonial do RPPS.

Prestação de Contas de Gestão e Governo junto ao TCE-PE

Prestação de Contas de Governo

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

(RESOLUÇÃO TC Nº 217, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS (Os demonstrativos devem ser consolidados, englobando a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo, inclusive fundos municipais e consórcios públicos)	ASSINADO, no mínimo, por	FORMATO
1	Ofício de encaminhamento da prestação de contas ao Tribunal de Contas.	Prefeito	PDF
2	Na hipótese de mais de um ocupante do cargo de Prefeito Municipal no exercício, apresentar declaração informando o nome, CPF e endereço residencial de cada um deles e o respectivo período de ocupação do cargo.	Prefeito	PDF
3	Declaração informando todas as unidades orçamentárias consolidadas na prestação de contas (Incluindo Poder Legislativo, todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo e todos os fundos e consórcios municipais).	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
4	Balanço Orçamentário do Município (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos IX e X, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício. (1) e (2)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
5	Balanço Financeiro do Município (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos IX e XI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
6	Balanço Patrimonial do Município (consolidado) (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o "Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]" (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos IX e XII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
7	Balanço Patrimonial individual de cada uma das unidades orçamentárias consolidadas acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos IX e XII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF

Prestação de Contas de Governo

8	Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos IX e XIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
9	Demonstração dos Fluxos de Caixa do Município (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos IX e XIV, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
10	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
11	Demonstração da Dívida Fundada do Município (Anexo 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
12	Demonstração da Dívida Flutuante do Município (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XV desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, de modo que cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique tenha referência cruzada com a respectiva nota explicativa. (5)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
13	Balancete de Verificação Anual de final do exercício, contendo a relação de todas as contas de classes 1 a 8 do PCASP que apresentem saldos iniciais (saldos de abertura do exercício - 01/01/XX) ou finais (saldos após encerramento do exercício - 31/12/XX) diferentes de zero ou aquelas que apresentem saldos iniciais e finais iguais a zero, mas que tenham tido movimentação (lançamentos) de débitos ou créditos durante o exercício, correspondente a um dos dois modelos constantes do Anexo VI desta Resolução, devidamente preenchido. (1) e (2)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
14	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do Município (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1) e (2)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
15	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do Município (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1) e (2)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
16	Demonstração da Despesa Realizada segundo a sua natureza (Consolidado) (Anexo 4 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1) e (2)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
17	Demonstração da Despesa Realizada segundo a sua natureza por Unidade Orçamentária (Anexo 4 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1) e (2)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF

Prestação de Contas de Governo

18	Demonstração da Despesa Realizada, em projetos e atividades, nas respectivas funções e programas (Anexo 7 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1) e (2)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
19	Demonstrativo da Despesa Realizada por funções e programas, por fonte de recurso, com detalhamento das fontes ordinárias e vinculadas. (1) e (2)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
20	Boletim de caixa e bancos referente ao último dia útil do exercício. (3)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
21	Decreto(s), portaria(s) ou outro(s) instrumento(s) normativo(s), e respectivos anexos, que instituiu(ram) a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício, conforme art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), inclusive a previsão de desdobramento das receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação e, se couber, a especificação das medidas relativas à quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.	Prefeito	PDF
22	Decreto ou outro(s) instrumento(s) normativo(s) de limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).	Prefeito e responsável pelo Controle Interno	PDF
23	Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo (RGF) do 6º bimestre extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFL.	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
24	Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFL.	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
25	Indicação das medidas de ajuste fiscal adotadas para a redução da relação entre despesas correntes e receitas correntes caso algum dos Poderes tenha excedido o limite máximo previsto no art. 167-A da Constituição Federal (95%), juntamente com decreto(s), portaria(s) ou outros instrumentos normativos que as instituíram.	Prefeito e responsável pelo Controle Interno	PDF
26	Indicação das medidas adotadas para a redução do montante da despesa total com pessoal do Poder Executivo que houver excedido o limite máximo previsto na LRF, acompanhado do(s) decreto(s), portaria(s) ou outros instrumentos normativos.	Prefeito e responsável pelo Controle Interno	PDF
27	Demonstrativo que informe os gastos por Poder com a conversão de licenças-prêmio em pecúnia, incidentes nas folhas de pagamento, indicando a classificação segundo a natureza dos elementos de despesa, destacando o código e rubrica, e evidenciando o total consolidado de conversão de licenças-prêmio em pecúnia.	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
28	Demonstrativo dos recursos vinculados às funções educação e saúde por fonte de recursos, contendo transferências recebidas, despesa empenhada, despesa liquidada e despesa paga, correspondente ao modelo do Anexo XVI desta Resolução devidamente preenchido.	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
29	Demonstrativo de Receitas e Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Anexo 8 do RREO, relativo ao 6º bimestre, elaborado de acordo com a edição do Manual de Demonstrativos Fiscais vigente para o exercício. (1) e (2)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF

Prestação de Contas de Governo

30	Demonstrativo das Receitas e Despesas com ações e Serviços de Saúde, Anexo 12 do RREO, relativo ao 6º bimestre, elaborado de acordo com a edição do Manual de Demonstrativos Fiscais vigente para o exercício. (1) e (2)	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
31	Demonstrativo das Receitas Correntes recebidas no exercício decorrentes de emendas parlamentares, por tipo de emenda (individual e de bancada), conforme Anexos XVII-A e XVII-B.	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
32	Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício, correspondente aos Anexos IV-A e IV-B desta Resolução, com sua subdivisão, devidamente preenchidos.	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
33	Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados, inscritos em exercícios anteriores com saldos a pagar até 31/12 do exercício referente à prestação de contas, correspondente aos Anexos IV-C e IV-D desta Resolução, com sua subdivisão, devidamente preenchidos.	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
34	Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício, correspondente aos Anexos V-A e V-B desta Resolução devidamente preenchidos.	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
35	Balanço Patrimonial do Regime Próprio de Previdência - RPPS (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis os seus atributos legais (Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiros [F] e Permanente [P]), apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa, acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
36	Balanço Financeiro do Regime Próprio de Previdência - RPPS, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa, acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
37	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do Regime Próprio de Previdência - RPPS, apresentando individualmente o comparativo do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário, caso o RPPS tenha segregado massa (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
38	Demonstração da despesa realizada do Regime Próprio de Previdência - RPPS, segundo a sua natureza (Anexo 4 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário, caso o RPPS tenha segregado massa.	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
39	Demonstrativo do total dos pagamentos efetuados pelo RPPS a inativos e pensionistas com vínculo originário no Poder Legislativo, conforme Anexo XVIII-A e XVIII-B desta Resolução (em atendimento ao § 7º, art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal).	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
40	Cópia das normas que definiram as alíquotas de contribuição para o RPPS vigentes no exercício da prestação de contas (ativos, inativos, pensionistas, patronal normal e patronal especial, esta última se houver). Em caso de segregação, encaminhar as normas de ambos os planos.	Prefeito	PDF

Prestação de Contas de Governo

41	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), correspondente ao Anexo II desta Resolução, com suas subdivisões, devidamente preenchido, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo.	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
42	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), correspondente ao Anexo III desta Resolução, com suas subdivisões, devidamente preenchido, englobando as contribuições do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo.	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
43	Cópias dos Termos de Parcelamento de Débitos relativos ao RGPS e RPPS vigentes no exercício.	Prefeito	PDF
44	Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA do exercício seguinte ao da prestação de contas, com data de avaliação do exercício da prestação de contas. (4)	Prefeito	PDF
45	Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA do exercício da prestação de contas, com data de avaliação do exercício anterior ao da prestação de contas. (4)	Prefeito	PDF
46	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e seus anexos.	Prefeito	PDF
47	Lei Orçamentária Anual (LOA) e seus anexos.	Prefeito	PDF
48	Mapa demonstrativo das leis e decretos referentes aos créditos adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários) abertos no exercício, discriminando número de decreto, valor, totalização de cada tipo de crédito aberto, data, fontes de recursos e número de lei de créditos especiais, se houver.	Prefeito	PDF
49	Demonstrativo que comprove a obediência ao limite de abertura de créditos adicionais suplementares estabelecido na LOA e demais normas municipais vigentes.	Prefeito	PDF
50	Demonstrativo que evidencie a existência de excesso de arrecadação ou superávit financeiro para abertura de créditos adicionais, quando for o caso.	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
51	Leis e decretos referentes aos créditos adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários) abertos no exercício.	Prefeito	PDF
52	Demonstrativo que evidencie os repasses de duodécimos feitos à Câmara Municipal, com datas, valores e totalização.	Prefeito e responsável pela Contabilidade	PDF
53	Parecer do controle interno sobre os cálculos de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (art. 212 da CF/88), em Ações e Serviços Públicos de Saúde (art. 2º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012), na Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (art. 22 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007), sobre o repasse de Duodécimo (art. 29-A da CF/88), sobre Despesa com Pessoal (art. 20, inciso III, da LRF), sobre a Dívida Consolidada Líquida (art. 3º, inciso II da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal) e sobre a realização de Operação de Crédito (art. 7º, inciso I, da Resolução nº 43/2011 do Senado Federal).	Prefeito e responsável pelo Controle Interno	PDF
54	Relação consolidada sobre as providências adotadas pelo Município a respeito das certidões de débito emitidas pelo Tribunal de Contas, correspondente ao Anexo VII desta Resolução devidamente preenchido, informando o andamento das ações de: a) inscrição e cobrança da dívida ativa das certidões de débito emitidas pelo Tribunal de Contas; b) execução judicial relativa às dívidas ativas das certidões de débito emitidas pelo Tribunal de Contas.	Prefeito e responsável pelo Controle Interno	PDF
55	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE em parecer prévio, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo VIII desta Resolução.	Prefeito e responsável pelo Controle Interno	PDF

Prestação de Contas de Governo



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

56	Aplicativo de informações municipais estruturadas do exercício da prestação de contas, devidamente alimentado, disponível em www.tce.pe.gov.br , conforme modelo e orientações constantes do próprio aplicativo.	Prefeito e responsável pela Contabilidade	XLS
----	---	---	-----

Prestação de Contas de Gestão

ANEXO II

CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL - EXCETO PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE (RESOLUÇÃO TC Nº 216, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2023.)

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	Gestor	PDF	-
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF	-
3	Balanço Orçamentário do Município (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
4	Balanço Orçamentário de cada Fundo Municipal (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
5	Balanço Patrimonial do Município (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-

Prestação de Contas de Gestão

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
6	Balanço Patrimonial de cada Fundo Municipal (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o "Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]" (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
7	Declaração informando os fundos municipais consolidados nos demonstrativos da Prefeitura.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
8	Balanço Financeiro do Município (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
9	Balanço Financeiro de cada Fundo Municipal (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXI, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-

Prestação de Contas de Gestão

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
10	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Município, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
11	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de cada Fundo Municipal, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor	PDF	-
12	Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
13	Demonstração das Variações Patrimoniais de cada Fundo Municipal (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-

Prestação de Contas de Gestão

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
14	Demonstração dos Fluxos de Caixa do Município (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIV, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
15	Demonstração dos Fluxos de Caixa de cada Fundo Municipal (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXIV, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
16	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
17	Demonstração da Dívida Fundada de cada Fundo Municipal (Anexo 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1

Prestação de Contas de Gestão

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
18	Demonstração da Dívida Flutuante do Município (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XXV desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	4
19	Demonstração da Dívida Flutuante de cada Fundo Municipal (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XXV desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	4
20	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do Município (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
21	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada de cada Fundo Municipal (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
22	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
23	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada de cada Fundo Municipal (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1

Prestação de Contas de Gestão

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
24	Demonstração da Despesa Realizada de cada Fundo Municipal, segundo a sua natureza.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
25	Demonstrativo da Despesa Realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
26	Demonstrativo da Despesa Realizada por funções e programas de cada Fundo Municipal, conforme o vínculo com os respectivos recursos.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	1
27	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Gestor e Controlador Interno	PDF	-
28	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Gestor e Controlador Interno	PDF	-
29	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
30	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF	-

Prestação de Contas de Gestão

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
31	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade, conforme modelo estabelecido no Anexo XXII desta Resolução.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
32	Demonstrativo de despesas com eventos comemorativos de carnaval, festas religiosas, emancipação política, São João, São Pedro, micareta, cavalgada, natal, réveillon e outras tradições culturais realizadas pela prefeitura ou com sua contrapartida, correspondente ao Anexo XVII desta Resolução.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
33	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades concluídos no exercício.	Gestor	PDF	-
34	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF	-
35	Cópias das atas de registro de preços vigentes no exercício e atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela prefeitura, das quais resultaram despesas no exercício.	Gestor	PDF	-
36	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, que deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF	-
37	Relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais que estavam em vigência, no exercício da prestação de contas, conforme modelo do Anexo XIV desta Resolução.	Gestor	PDF	-

Prestação de Contas de Gestão

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
38	Documentos de Prestação de Contas de Organização Social – OS, de acordo com a Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005: 1. relatório pertinente à execução do contrato de gestão apresentado pela OS, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados; 2. parecer do dirigente máximo do órgão ou entidade supervisora sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe compete; 3. declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação (em caso de aprovada a prestação de contas do contrato de gestão); ou Relatório das Tomadas de Contas Especiais instauradas, em caso de não prestação de contas pela OS, conforme modelo do Anexo XVII.	Gestor	PDF	-
39	Relação dos termos de parceria vigentes no exercício, destacando: nome da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de parceria, além da documentação exigida na Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005.	Gestor	PDF	-

Prestação de Contas de Gestão

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
40	<p>Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11, de 30 de outubro de 2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações:</p> <p>a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos;</p> <p>b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso;</p> <p>c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento;</p> <p>d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado;</p> <p>e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público;</p> <p>f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente;</p> <p>g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.</p>	Gestor	PDF	-
41	<p>Relação das parcerias firmadas com organizações da sociedade civil por meio de Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, contendo as seguintes informações: tipo da parceria, objeto pactuado, dados da entidade parceira (CNPJ e Razão Social), recursos financeiros transferidos (se houver) e data da celebração da parceria (Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014), conforme o modelo do Anexo XXVI.</p>	Gestor	PDF	-
42	<p>Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XV desta Resolução.</p>	Gestor	PDF	-

Prestação de Contas de Gestão

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
43	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
44	Demonstrativo de recolhimento referente às contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social de cada fundo municipal, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
45	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
46	Demonstrativo de recolhimento referente às contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social de cada fundo municipal, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-
47	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS	-
48	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução.	Gestor	PDF	-

Prestação de Contas de Gestão

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO	VER NOTA(S) (ANEXO XXIII)
49	Mapa demonstrativo consolidado de contratos relacionados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, incluídos os contratos de gestão, vigentes no exercício (Lei Complementar Estadual nº 425, de 25 de março de 2020 e Decreto Estadual nº. 54.525, de 30 de março de 2023), conforme modelo estabelecido no Anexo XXVII desta Resolução.	Gestor	PDF	-
50	Extrato do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, do exercício da prestação de contas, informando a alíquota aplicada.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF	-



Obrigado(a)!





CESPAM